

REFLEXÕES SOBRE A VIVÊNCIA DE PROCESSOS INCLUSIVOS EM UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO PANDÊMICO DO COVID-19.

Alícia Lemos Melo ¹
Lorena Juliana Sousa de Oliveira ²
Luana de Castro Teixeira Bueno ³
Tâmara Manguieira Cavalcante ⁴
Silvia Fernanda de Medeiros Maciel ⁵

RESUMO

Este relato de experiência parte da vivência de Estágio Básico de estudantes da graduação de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco em duas escolas particulares de referência em Educação Inclusiva na cidade de Recife, PE. As observações ocorreram no segundo semestre de 2021, no contexto de retomada às aulas presenciais após o período de isolamento social ocasionado pela pandemia de Covid-19. O foco dessas observações tinha como base a compreensão da relevância dos estudos voltados à Educação Inclusiva para a formação acadêmica em Psicologia, em meio a um cenário emergencial. O relato aqui apresentado tem por objetivos: promover reflexões a respeito das limitações e possibilidades contidas na experiência de estágio curricular, e desenvolver conexões teórico-práticas, elucidando a relevância do contato com a Educação Inclusiva no contexto escolar para formação e a futura atuação profissional em Psicologia. A análise dos dados se deu a partir da releitura dos relatos de observação produzidos durante o estágio e de sua articulação com a literatura sobre os efeitos do cenário pandêmico na educação, com foco nas áreas de Psicologia Escolar e Educação Inclusiva. A discussão dos dados levou a conclusões que apontam tanto para a importância das atividades práticas na formação em nível de graduação em Psicologia, como para a importância de se sensibilizar os cenários educacionais e seus diversos atores, acerca da importância da atuação do profissional da Psicologia nos processos inclusivos no cenário educacional, notadamente a partir das consequências da Covid-19.

Palavras-chave: Estágio Básico, Psicologia Educacional, Educação Inclusiva, Covid-19, Relato de experiência.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa discutir sobre a vivência de processos inclusivos nas experiências de Estágio Básico de Observação do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, alicia.melo@ufpe.br;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, lorenna.juliana@ufpe.br;

³ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, luana.bueno@ufpe.br;

⁴ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, tamara.manguieira@ufpe.br;

⁵ Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, slivia.maciel@ufpe.br.

- que ocorreram presencialmente em duas escolas privadas reconhecidas como referências em inclusão na cidade de Recife-PE, no contexto de retomada do ensino presencial, com a flexibilização do isolamento social causado pela pandemia da COVID-19.

A emergência da pandemia da COVID-19 transformou em urgente a reflexão sobre algumas questões, dentre elas, a necessidade de atualização e de adaptação das estruturas, dos recursos psicopedagógicos e dos atores do cenário educacional. Assim, com a implementação do ensino remoto como alternativa possível durante o isolamento social, toda a estrutura de ensino precisou ser revista. A equipe docente teve que aprender a utilizar plataformas digitais; os materiais didáticos precisaram ser adaptados, descartados, alterados, digitalizados, substituídos; os pais assumiram uma posição de “educadores” dentro de seus lares; os estudantes sofreram com a perda do ambiente educacional, da rotina, do convívio com os colegas; os funcionários deixaram de atuar ou precisaram reinventar suas posições; o processo de ensino-aprendizagem foi afetado por todo este contexto.

Em paralelo, dentro da realidade das autoras, a pandemia trouxe também reflexões sobre a necessidade de existir uma formação em Psicologia capacitada para atuar em cenários emergenciais. Foi bastante impactante o crescimento da atuação dos profissionais da área durante e após a pandemia, seja através do aumento da demanda de psicoterapia individual e/ou a partir da inserção da Psicologia em outras áreas, para guiar, organizar e contribuir com os processos específicos destas áreas - como a área educacional, em que a Psicologia Escolar se fez presente e cada vez mais requisitada.

É diante desse fenômeno emergente que se evidencia a necessidade da reflexão sobre o fazer profissional de uma forma crítica e cientificamente embasada. Nesse sentido, este escrito se justifica e se apresenta como uma contribuição à comunidade acadêmica e profissional por meio da partilha das experiências vividas, e como ferramenta promotora da aprendizagem das estudantes - que puderam retornar às vivências práticas de sua formação em Psicologia e confrontar a prática com a teoria, engajando-se assim em reflexões e percepções sobre o aprendido e sobre necessidades de aperfeiçoamento ou de novos interesses a serem explorados.

Portanto, o presente trabalho se propõe a desenvolver conexões teórico-práticas, elucidando a relevância do contato com a educação inclusiva no contexto escolar para a formação e a atuação de psicólogos, e a promover reflexões acerca das limitações e possibilidades de uma experiência de estágio curricular obrigatório durante a graduação em Psicologia.

METODOLOGIA

Foram utilizados como procedimentos metodológicos: a observação participante feita pelas estudantes de Psicologia da UFPE no âmbito de seu estágio na área escolar e os dados dos relatos das suas experiências e dos diários de campo desenvolvidos por elas entre Maio e Agosto de 2021. Foi feita ainda uma breve revisão bibliográfica, a partir de textos que tratavam da pandemia de COVID-19 (especialmente aqueles voltados para o seu impacto no cenário educacional) e que situavam o estado da arte das áreas de Psicologia Escolar e Educacional e da Educação Inclusiva.

OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo geral compreender e apresentar as vivências de processos inclusivos em um contexto de estágio curricular em Psicologia no cenário de pandemia de Covid-19. Como objetivos específicos se propôs a promover reflexões a respeito das limitações e possibilidades contidas na experiência de estágio curricular; e desenvolver conexões teórico-práticas, elucidando a relevância do contato com a Educação Inclusiva no contexto escolar para formação e a futura atuação profissional em Psicologia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Danna e Matos (2011), a observação é um instrumento de coleta de dados do comportamento humano e da situação ambiental, física e social que não deve ser utilizado de qualquer maneira - pelo contrário, a observação realizada pelo psicólogo, para ser considerada científica, deve apresentar sistematicidade e objetividade, sendo desenvolvida a partir de uma seleção de situações relevantes a serem observadas (DANNA; MATOS, 2011) Considera-se, também, que o observador nestes casos não é imparcial ao seu objeto de estudo, pois ele está inserido em um determinado contexto sócio-histórico e realiza a observação munido de várias expectativas (CANO; SAMPAIO, 2007).

É importante ainda compreender que o fenômeno educacional é “resultado das relações que se estabelecem no interior da escola” (CALADO, 2014, p. 567) e que a escola é tanto uma instituição cuja responsabilidade é a promoção universal “do acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, criando condições para a aprendizagem e o desenvolvimento [...]

da sociedade” (ANTUNES, 2008, p. 470) como é também um lugar de reprodução das desigualdades sociais, econômicas e culturais (CALADO, 2014). Considera-se aqui que, se a escola já era um espaço de reprodução dessas desigualdades (pelo fato dela estar inserida dentro de um determinado contexto sócio-histórico), a pandemia COVID-19 surgiu como um fator que pode ter contribuído para o agravamento das desigualdades.

Baseando-nos nisso, uma vez que compreendemos sob quais perspectivas e condições se deu o estágio de observação, apresentamos, brevemente, a seguir, a área da Psicologia Escolar e seu diálogo com a Educação Inclusiva.

A Psicologia Escolar foi reconhecida como uma especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) através da Resolução n.º 013/07. Nesse sentido, o CFP descreve algumas tarefas que cabem a esse campo de atuação do psicólogo, dentre elas, podem ser observados aspectos que descrevem e qualificam a atuação do psicólogo escolar, propondo um trabalho interdisciplinar e integrado aos contextos educacionais, que pode ser desenvolvido tanto individualmente como em grupo, em diferentes níveis, com promoção, prevenção e intervenção. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2007), o psicólogo:

“Nessa tarefa, considera as características do corpo docente, do currículo, das normas da instituição, do material didático, do corpo discente e demais elementos do sistema. Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de novos procedimentos educacionais. No âmbito administrativo, contribui na análise e intervenção no clima educacional, buscando melhor funcionamento do sistema que resultará na realização dos objetivos educacionais.” (CFP, 2007, p. 18).

Dessa maneira, o profissional da Psicologia que atua na área escolar não deve ser aquele que traz um saber ou uma resposta pronta, com resoluções imediatas e mirabolantes. Ao invés disso, ele vai interagir com os demais atores da instituição de ensino para construir uma solução viável, contextualizada e inclusiva, pautada numa compreensão ética e crítica do fazer da Psicologia no cenário da Educação, levando em conta o papel sociopolítico de cada área do saber.

No que se refere à essa relação entre a Psicologia e a Educação, ela já é firmada há muito tempo e está intimamente envolvida com o desenvolvimento da própria Psicologia, que em muito contribuiu, e ainda tem seu papel, na resolução de questões de área educacional. Entretanto, é importante salientar que muitas problemáticas, principalmente aquelas ligadas a demandas de necessidades específicas e deficiências, estão relacionadas com uma lógica de controle e produtividade que responsabiliza os indivíduos pelos seus "desajustamentos" sendo

assim mantenedora de ideologias dominantes que influenciam a percepção cultural do que é normal, aceitável e adequado ou não, de acordo com seus interesses.

Essa realidade se torna mais clara considerando a atuação da Psicologia na Educação durante muitos anos associada ao atendimento clínico, com enfoque terapêutico, pois, inicialmente sua participação se deu principalmente na avaliação psicológica, no psicodiagnóstico e na intervenção, com o objetivo de adaptar o indivíduo com problemas de aprendizagem ao contexto escolar (POTT, 2020; CRP- AL, 2020; PETRONI; SOUZA, 2017; VIANA, 2016 *apud* CAMPELO *et al.*, 2021).

Entretanto, diante da pluralidade e diversidade presente no ambiente escolar não cabe um mesmo protocolo psicopedagógico para estudantes com características e necessidades distintas, sendo PCDs ou não. Dessa maneira, a perspectiva inclusiva dos movimentos sociais nacionais e internacionais impulsionaram a Educação Inclusiva, sobretudo a partir de 1990, com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que, entre outros pontos, propõe que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar (...) [pois tais escolas] constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos” (UNESCO, 1994 p. 8-9).

Somado a isso, no Brasil, foi instituída em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, a partir das 6 dimensões de acessibilidade nomeadas por Romeu Sasaki, conhecido como “pai da inclusão” no país, são eles (2009): arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental e programática.

Um exemplo prático disso, é observado a partir da dimensão comunicacional destacada por Sasaki (2011) a respeito das terminologias que são utilizadas de forma errônea e como podem ser ditas corretamente, conforme o caso: “apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno” mostra um preconceito embutido de que “a pessoa com deficiência não pode ser um ótimo aluno”, então o termo adequado seria “ele tem deficiência e é um ótimo aluno”. Essas falas, ainda recorrentes no cotidiano, do uso de termos incorretos e capacitistas, reforçam a reprodução das ideias equivocadas e das informações inexatas acerca das diversas realidades e particularidades da população com deficiência, como se fossem sujeitos ineficientes e incapazes de se desenvolverem enquanto estudantes e cidadãos.

Outro aspecto pode ser visto na importância da implementação e adaptação das tecnologias assistivas ou ajuda técnica, as quais são produtos, equipamentos, dispositivos,



recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência e qualidade de vida (BRASIL, 2015).

Tal medida implica em uma nova postura da escola, que deve propor no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos, pois numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade (GLAT; FERNANDES, 2005).

O papel da escola inclusiva é o de promover o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas em seus estudantes com deficiência. Tais habilidades são comportamentos aprendidos e socialmente aceitáveis, que, se presentes no repertório de crianças e adolescentes, facilitam a iniciação e manutenção de relações sociais positivas. Com isso, há uma maior aceitação de colegas de classe, o que contribui para um ajustamento escolar satisfatório. A desenvoltura do afeto e criação de laços no contexto educacional é crucial para o pleno desenvolvimento.

No contexto brasileiro, os atuais desafios da Educação Inclusiva se encontram na necessidade de desenvolver indicadores de monitoramento dos programas implantados, na realização de pesquisas que evidenciem os resultados desses programas e na identificação de experiências de sucesso, além da "implantação de programas de capacitação de recursos humanos que incluam a formação de professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino" (GLAT *et al.*, 2003, p. 35).

Com isso, fica evidente a importância de uma Educação Inclusiva, não só no desenvolvimento de PCDs, mas de todos os estudantes. Também se nota que a Educação Inclusiva evoluiu e rompeu paradigmas ao longo dos séculos, mas que muito ainda precisa ser feito. No Brasil, isso não é diferente. A partir de maiores investimentos na inclusão e educação, torna-se possível que PCDs conquistem o que são direitos básicos para qualquer um.

E é diante dessas questões e desafios que se torna imprescindível um olhar mais atento para os processos inclusivos ao longo da formação acadêmica em Psicologia, a qual será essencial para qualquer área de atuação, incluindo os espaços educacionais. Mas, o que se pode perceber é que a formação em Psicologia Escolar perde pontos importantes da sua formação, enquanto aspectos de psicodiagnóstico ganham força, somado à isso a diminuição de disciplinas voltadas ao contexto educacional nos cursos de Psicologia, visto que, segundo Maluf (1999, *apud* CFP, 2016) as graduações têm perdido de qualidade em favor de interesses econômicos e políticos.



Dessa maneira, o cenário exige o posicionamento de diversos setores da sociedade, como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e as Secretarias de Educação e Desenvolvimento Social, que através de medidas institucionais devem ter como um dos principais focos a implementação, coordenação e supervisão de ações, programas e projetos de inclusão social sob uma perspectiva biopsicossocial e subjetiva dos indivíduos no ambiente escolar, principalmente, considerando as implicações na saúde mental dos profissionais da educação e dos alunos no cenário pós-pandemia.

Diante disso, Faro et al. (2020 *apud* CAMPELO *et al.*, 2021) reconhecem que os psicólogos têm realizado auxílio e acolhimento aos sujeitos que de alguma forma foram impactados pela pandemia da COVID-19, propondo intervenções e atendimentos online, inclusive por meio de trabalhos voluntários. Além de se tratar de uma estratégia de prevenção, tal atitude reforça o compromisso social da categoria diante de uma crise de saúde mundial. Essa realidade ainda presente e tão latente no cenário atual de pós-pandemia evidencia a importância das atuações dos psicólogos escolares a fim de auxiliar na promoção de saúde mental e criação de um espaço propício ao processo de ensino-aprendizagem levando em consideração as mudanças pedagógicas e institucionais provocadas nos últimos anos (CAMPELO *et al.*, 2021).

A criticidade do contexto pandêmico reforçou a necessidade de repensar e desenvolver estratégias pedagógicas adaptativas às necessidades e especificidades de cada aluno, anteriormente determinadas pela Nota Técnica no. 4 (BRASIL, 2014 *apud* CAMPELO et al, 2021) que obriga o acolhimento na sala de recursos de toda criança que apresenta necessidade de atendimento. Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão (2015) deixa claro no que se refere à necessidade de acolhimento desse perfil de criança com problemas de aprendizagem, sejam elas laudadas ou não.

Nesse sentido, Marinho-Araújo (2015, p. 203 *apud* CAMPELO *et al.*, 2021) corrobora com esse entendimento sobre a relevância da instrumentalização de tecnologias assistivas e materiais inclusivos, somado a uma intervenção humanizada e de atuação pautada na ética e criticidade, baseada em fundamentos teóricos que permitam a: “(...) transformação social, a conscientização e o empoderamento de todos os atores desse contexto, em prol de um protagonismo coletivo para mudanças institucionais inclusivas, dignas e justas”.

Ou seja, é necessário que desde a formação universitária, os graduandos de Psicologia, mesmo sem pensar em seguir a carreira no âmbito escolar, sejam aptos e capacitados a refletir sobre sua teoria e prática a fim de implementar ações capazes de conscientizar pessoas sobre suas potencialidades nesse meio e para além dele. Com isso, evidencia-se a importância de



iniciativas universitárias para o desenvolvimento e investimento em Projetos e Programas a partir da Pesquisa, da Extensão e do Ensino no Ensino Superior a fim de que grupos de trabalhos (com professores, estudantes, equipe técnica, gestores e funcionários) possam mediar e promover de forma inter e multidisciplinar soluções e possibilidades para inclusão educacional no cenário pós-pandêmico.

Diante disso, observa-se o compromisso social do fazer da psicologia, no contexto escolar educacional, ao investir em modos de produção heterogêneos de cuidado, respeitando a diversidade cultural e subjetiva dos usuários, criando vínculos e responsabilidade para com o público atendido, flexibilizando intervenções que considerem necessidades e prioridades identificadas e “que possui efetiva capacidade para lidar com uma realidade desafiadora e complexa, que não se encontra enclausurada nos modelos teóricos aprendidos na academia.” (DIMENSTEIN, 2001, p.59 *apud* CAMPELO *et al.*, 2021).

É baseado no supracitado que afirmamos que as perspectivas para a inserção da(o) psicóloga(o) como profissional da educação em âmbito nacional - o que não acontece ainda hoje, principalmente pela falta de uma política pública que garanta à população mais vulnerável socioeconomicamente e, considerando o presente trabalho, a população com deficiência e/ou necessidade educacional específica, o acesso aos serviços da Psicologia Escolar, que estão interligadas às respostas que profissionais e pesquisadores destas áreas possam oferecer aos desafios lançados pelas demandas sociais e educacionais (SOUZA, 2009 *apud* ANDRADA *et al.*, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio de observação se deu em escolas de referência em inclusão da cidade do Recife. Através de um acompanhamento interdisciplinar, visa-se o desenvolvimento de habilidades e necessidades específicas de crianças e jovens adultos e a sua inclusão na sociedade. Há turmas específicas de Educação Especial para jovens adultos, no turno da tarde, divididas em grupos com similaridades sociocognitivas, formadas por alunos com alguma deficiência, síndrome ou dificuldade de aprendizagem.

Após voltar aos diários de campo e recorrer a literatura para embasar as reflexões acerca do estágio, especialmente na aproximação com a temática da Educação Inclusiva foi possível perceber pontos de interesse, como a área dos processos inclusivos e das tecnologias assistivas, assim como a relevância e possibilidades de contribuição da Psicologia nesse contexto, além da



própria compreensão sobre pontos de interesse e importância profissional, mas também que necessitavam de um maior aprofundamento teórico-técnico.

Por meio do vivido e da posterior reflexão, foi possível notar algumas possibilidades na experiência, tais como: o tratamento entre estudantes, funcionários, pais e demais atores era bastante receptivo e respeitoso para com os estudantes da Educação Especial. Havia brincadeiras, troca de conversas e a construção de pertencimento dos espaços da escola que propiciava a materialização de processos inclusivos de uma maneira mais natural, de relações estabelecidas no convívio diário. Desde a entrada pela portaria, as pessoas não destrataavam ou olhavam com desdém os estudantes da Educação Especial, pelo contrário, havia uma postura de respeito e construção de amizades.

Os professores que conduziam as aulas a partir do ritmo estabelecido pela turma, acolhendo as particularidades de cada aluno, realizando adaptações quando necessário. Havia um cuidado ao lidar com as demandas que poderiam surgir, como a desorganização de um estudante, em que era preciso pausar a atividade para acolher a situação, para depois continuar a atividade proposta. O bem-estar dos estudantes em sala de aula era visivelmente uma preocupação. Em paralelo, as propostas pedagógicas de trabalhar temas da sociedade, trabalhar o aspecto social dos estudantes e aumentar o repertório cultural foram pontos observados como facilitadores da inclusão destes nos ambientes que frequentam e/ou futuramente frequentarão.

Somado a isso, vivenciar o estágio favoreceu as estagiárias uma percepção mais profunda com o lugar e a importância de profissionais de Psicologia atuando no campo da Educação, especialmente nos voltados para a inclusão, pois foi possível observar na realidade do cotidiano como se dá essa atuação. Nesse sentido, é interessante destacar alguns aspectos a respeito que foram observados, como a atenção por parte do psicólogo da escola e supervisor de estágio com os contextos psicossociais dos estudantes, atenção às demandas e do alunado, seja pessoa nos casos mais específicos de pessoas com alguma deficiência ou não. Exemplo disso foi o carácter da afetividade e a conduta humanizada sobre as quais se baseavam a atuação do psicólogo e eram evidentes através da postura para conduzir os momentos, acolhendo as demandas individuais, através de conversas sobre a semana dos alunos, como se sentiram, o que fizeram e o que gostariam de compartilhar.

Tendo esse momento para se abrir, desabafar, contar novidades, fazer e responder perguntas pessoais, a relação dos estudantes com o psicólogo era mais pessoal e estreita que com os demais professores. A atuação da Psicologia Escolar nesses momentos se demonstrou muito importante e transformadora, pois com o afeto e a escuta, o psicólogo conseguia identificar demandas a serem trabalhadas em cada estudante. Além disso, o contato mais íntimo

proporciona o conhecimento mais profundo da situação familiar de cada um, seus gostos, desejos, medos, hobbies, dentre tantos outros aspectos, que faz com que, através da aproximação individual com cada aluno, se faça um trabalho mais adaptado e consciente através da Educação Inclusiva.

A partir do estágio em Psicologia Escolar foram percebidas algumas limitações na experiência como: a implicação das medidas de segurança da pandemia, que acarretou na diminuição de estudantes na escola, em que uma parte frequentava as aulas presencialmente e outra parte participava via Google Meet, simultaneamente. Tal situação fazia com que, por um lado, possibilitasse a participação de mais estudantes nas aulas e, por outro, se apresentava como um desafio para coordenar as interações e promover a plena compreensão da turma. Nesse sentido, foi percebido um esforço dos professores em driblar esses desafios, através de adaptações nas aulas, como a utilização de slides que eram projetados em sala e no *Google Meet* para todos os alunos pudessem acompanhar, estando na escola ou em casa, além da proposição de atividades que pudessem ser realizadas também em casa, com o auxílio dos pais.

Foi um cenário desafiador, inicialmente pelo próprio contexto pandêmico que causava aflições nas estagiárias de se expor em um outro ambiente, tendo contato com outras pessoas e também por surgir questionamentos se, em um momento de isolamento, em que alguns estudantes acompanhavam as aulas de forma remota, se eles estavam conseguindo realmente acompanhar as atividades propostas. São questionamentos que ficam na área da educação como um todo após esse contexto da pandemia do COVID-19.

Além disso, o estágio serviu também para ampliar a visão para saberes que despertaram o interesse das estudantes, a partir de um primeiro contato, como por exemplo as questões de aprendizagem e inclusão, ligadas especialmente ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Síndrome de Down. Em paralelo, a vivência indicou temas que carecem de uma apropriação e aprofundamento por parte das estagiárias durante o percurso formativo, visando agregar nas suas atuações como futuras psicólogas.

Os resultados encontrados com este breve trabalho demonstram que as publicações abordando a Psicologia Escolar e Educacional vêm se firmando e sendo legitimadas por sua relevância no campo psicossocial. O cenário de desigualdade social e educacional da escola brasileira, por si só, justifica o investimento em estudos de novas formas de intervenções, não apenas nas escolas, mas em todo o contexto educativo (GUZZO *et al.*, 2010 *apud* ANDRADA; *et al.*, 2019). Dessa maneira, torna-se evidente a necessidade de sensibilizar os diversos atores do cenário educacional sobre o lugar da Psicologia nos contextos de Educação Inclusiva e



reforçar a importância do papel do psicólogo, na sua relação com os saberes interdisciplinares, para sua formação profissional.

Já no que diz respeito ao processo formativo em Psicologia, este escrito sugere que se faz urgente a necessidade de mais disciplinas que abordem aspectos inclusivos, educacionais, levando-se em consideração medidas preventivas e protetivas à condição de saúde numa perspectiva biopsicossocial em cenários emergenciais; importância de políticas públicas que viabilizem a integração de profissionais da Psicologia no ambiente escolar diante da situação de desgaste emocional dos profissionais da educação, precariedade e escassez de recursos pedagógicos, e falta de incentivo à formação e capacitação da equipe multidisciplinar a fim de proporcionar diálogos, estratégias e que haja compreensão de seus respectivos papéis e responsabilidades em promover um ambiente mais receptivo, acolhedor e inclusivo aos alunos com deficiência e suas respectivas famílias.

Ademais, entende-se através das reflexões realizadas que é importante haver maior investimento e incentivo das instituições de ensino superior no desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisa entre graduandos de psicologia, pedagogia e demais interessados em abarcar fenômenos sociocognitivos, afetivos e que aproximem as áreas supracitadas no sentido de formação e solidificação das redes de apoio e intervenção desde a graduação para que isso fomente a postura ética, profissional e de comprometimento com a comunidade, as famílias e a equipe escolar quando estiverem inseridos no mercado de trabalho. Afinal, essas ações e esforços resultam na criação de situações de aprendizado e de formação crítica do indivíduo, colaborando para a formação do capital humano, intelectual e tecnológico do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente construção aponta para a importância da intervenção multifatorial e interdisciplinar no contexto escolar durante o período de estágio curricular, em especial nas turmas observadas, em que toda uma equipe se mostrava apta a trabalhar em conjunto, sendo necessário a constante troca de experiências entre a equipe psicopedagógica e estudantes. A intervenção multifatorial, o foco no desenvolvimento de laços afetivos, o clima amigável e as adaptações curriculares chamaram a atenção para um trabalho inclusivo, comprometido e efetivo.

Em paralelo, faz-se necessário comentar sobre a necessidade de novas pesquisas ocorrerem no ramo de adaptações curriculares para estratégias inclusivas, sobretudo no que se refere aos desdobramentos que surgiram a partir da pandemia da COVID-19. De fato, os estudos

são escassos sobre as interferências do contexto pandêmico nos processos de inclusão e como aconteceu a aplicação destes.

A partir disso, no que se refere ao contato com a área da Educação Inclusiva, na experiência de estágio das estudantes foi possível ter maior aproximação com a temática e com como se dá a prática no dia a dia do ambiente escolar. Tal experiência, serviu não só como um primeiro contato mais expressivo com a área, mas também para despertar o interesse pela mesma, adiante, na trajetória acadêmica das estudantes.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, P. C. de, et al. Atuação de psicólogas na escola: enfrentando desafios na proposição de práticas críticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2019.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 2, n. 3, p. 7-19, 1995.

BRASIL, Lei nº 13.146, 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em 26 de Novembro de 2022.

CALADO, Vânia Aparecida. Estágio em psicologia escolar e educacional: ruptura com a medicalização da educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 18, n. 3, p. 567-569, 2014.

CAMPELO et al. Psicologia Escolar: Inovações e Reinvenções das práticas psicológicas durante a pandemia da covid-19. In: NEGREIRO, Faston; FERREIRA, B. de O. (Org.) **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** 1º Edição. São Paulo: Editora Pimenta Cultural, 2021, pág. 518-537.

CANO, Débora Staub; SAMPAIO, Izabela Tissot Antunes. O método de observação na psicologia: considerações sobre a produção científica. *Interação em Psicologia*, v. 11, n. 2, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil. Catálogo Brasileiro de Ocupações. 1992. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2021.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?**. 1ª edição. Brasília. 2016. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web-1.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

DANNA, M. Fernandes; Matos, M. Amélia. **Aprendendo a observar**. São Paulo: Edicon, 2011. pp. 7-17

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. **UNESCO**, 2 ed. Brasília: CORDE, 1997.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Inclusão - Revista da Educação Especial**: Brasília, n. 1, p. 35-39, out. 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.